

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

10.2025



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO
EDUCAÇÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

- 04** AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
- 06** NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS
- 08** NOTÍCIAS DO MPF
- 09** NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

Rede de proteção define medidas para enfrentar a evasão escolar

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Rondonópolis (a 212 km de Cuiabá), participou nesta segunda-feira (29), de uma reunião interinstitucional voltada ao fortalecimento da estratégia de busca ativa escolar. O encontro foi realizado na Diretoria Regional de Educação (DRE) e reuniu representantes de diversos órgãos públicos e instituições parceiras.



Fórum realiza 3ª reunião para debater alfabetização e evasão escolar

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) realizou, na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá, a 3ª reunião anual do Fórum Interinstitucional de Acompanhamento das Políticas de Educação (FIAPE). O encontro, ocorrido em 4 de setembro, reuniu representantes de diversas instituições ligadas à educação para discutir estratégias de fortalecimento das políticas públicas educacionais no estado.



Secretária de Educação é multada por descumprir decisão judicial

A Justiça aplicou multa pessoal à secretária municipal de Educação de Primavera do Leste (a 243 km de Cuiabá) por descumprir decisão que obrigava o município a disponibilizar um profissional de apoio escolar com função pedagógica a um estudante. A decisão proferida pela 1ª Vara Cível do município é resultado de uma Ação Civil Pública movida pelo MPMT, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Cível com atuação em Infância e Juventude.





MPMT e Seduc discutem parcerias para ampliação de projetos educativos

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), por meio da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente e do Centro de Apoio Operacional de Estudos sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Gênero Feminino (CAOVD), discutiu estratégias com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para ampliar projetos que incentivem a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e a comunidade escolar.

MP cobra reparos em creche, centro cultural e unidades de saúde

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), por meio da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Várzea Grande, ingressou, com ação civil pública contra o Município e a empresa A M Construções Ltda, após identificar um padrão sistemático de irregularidades em contratos de obras públicas. A ação foi motivada por denúncias recebidas pela Ouvidora-geral do MPMT e confirmadas por meio de seis relatórios técnicos elaborados pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) do Ministério Público, que apontam inexecução de serviços, má qualidade das obras, superfaturamento e ausência de fiscalização adequada.



Estudantes aprendem sobre relações tóxicas no FloreSer

“Aprendi que uma relação tóxica não se constrói do nada; ela vai crescendo aos poucos. Também aprendi como as relações saudáveis podem ser construídas ao longo do tempo. Gostei muito dos slides e das professoras; achei informativo e útil para quem não sabia e agora conhece.” A avaliação é do adolescente W.M.C.M., 17 anos, um dos 44 estudantes participantes da roda de conversa do Projeto FloreSer, do Ministério Público de Mato Grosso, realizada na Escola Professor Benedito de Carvalho, no bairro Morada do Ouro, em Cuiabá.

NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

CAO Educação ressalta que menores de 18 anos não podem fazer Exames Supletivos

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CAO Educação), com a anuência do Núcleo de Estudos Temáticos de Defesa da Educação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), emitiu uma Nota Técnica informando sobre a impossibilidade de estudantes menores de 18 anos realizarem os Exames Supletivos, para a obtenção de diploma de conclusão do ensino médio e ingresso no ensino superior, conforme recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do Tema 1127.



Em parceria com o MEC, MP do Ceará promove curso sobre gestão da Educação Infantil para municípios que participam do projeto “Pequenos Passos”

O Ministério Público do Ceará, em parceria com o Ministério da Educação (Mec), promoveu, nessa sexta-feira (12/09), o lançamento do curso em gestão da educação infantil para qualificar representantes de 23 cidades cearenses que participam do projeto “Pequenos Passos”. A iniciativa tem o intuito de assegurar o efetivo cumprimento da Lei Federal nº 14.851/2024, que incentiva municípios a garantirem vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos. O evento ocorreu no Plenário da Procuradoria Geral de Justiça, em Fortaleza, e a abertura contou com a presença do procurador-geral de Justiça, Haley Carvalho, e de representantes do poder público e da sociedade civil.

MP vai acompanhar elaboração de plano voltado à gestão de crise no ambiente escolar após ataque em Sobral

O Ministério Público do Ceará, por meio da 8ª Promotoria de Justiça de Sobral, vai atuar junto à Secretaria da Educação do Ceará (Seduc) e demais órgãos públicos estaduais e municipais no acompanhamento de um plano emergencial de gestão de crises no ambiente escolar, prevenção de violência e fortalecimento da cultura de paz nas unidades de ensino. A proposta é definir ações de curto, médio e longo prazo para garantir a permanência dos estudantes nas escolas com segurança.

Após ação do MPGO, Justiça dá 120 dias para município de Novo Gama adequar escolas que funcionam sem certificado do Corpo de Bombeiros



Após ação civil pública movida pelo Ministério Público de Goiás (MPGO), a Justiça determinou que o município de Novo Gama, no Entorno do Distrito Federal, apresente em até 120 dias um plano de reestruturação das escolas municipais que funcionam sem o Certificado de Conformidade (Cercon) emitido pelo Corpo de Bombeiros. A ação foi ajuizada pelo promotor de Justiça Yuri Rezende de Macedo, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Novo Gama.



MPRJ articula ações para assegurar a aplicação de cerca de R\$ 5 bilhões do Fundeb em políticas de educação no Rio

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) promoveu reunião estratégica com órgãos de fiscalização e execução de políticas públicas para tratar do cumprimento de decisão judicial que obriga o Município do Rio de Janeiro a devolver R\$ 2,2 bilhões aos cofres públicos para direcionamento a políticas públicas da área da educação, valor histórico ajuizado. Atualizado, o montante apresentado pelo MPRJ em Juízo gira em torno de R\$ 5 bilhões. O valor foi definido em ação civil pública ajuizada pelo MPRJ e será restituído de forma parcelada ao longo de 22 anos e aplicado exclusivamente em projetos e ações voltados para a educação.

Justiça mantém decisão obtida pelo MPRJ que obriga fornecimento gratuito de uniformes escolares em Petrópolis

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) obteve, em segunda instância, a confirmação da sentença que obriga o Município de Petrópolis a fornecer gratuitamente uniformes escolares a todos os alunos da rede pública municipal. A decisão decorre de ação civil pública ajuizada em 2022 pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Petrópolis, após denúncias de falhas na distribuição dos uniformes.



NOTÍCIAS DO MPF



MPEduc reúne cerca de 150 pessoas da comunidade de Poxoréu (MT) para debater a educação no município

O Ministério Público Federal (MPF) realizou, no dia 28 de agosto, escuta pública do programa Ministério Público pela Educação (MPEduc), no município de Poxoréu (MT). Com a ação, o órgão visa apresentar o programa e inserir a sociedade na discussão sobre o tema, bem como oferecer um espaço para apresentar o panorama da educação básica no município. Durante o evento, foi realizada uma ampla reunião com gestores municipais e cerca de 150 participantes da comunidade.

MPF firma acordo com o município de Maranhãozinho (MA) para devolução de recursos do Fundeb

A Justiça Federal homologou acordo para devolução de recursos federais recebidos de forma indevida pelo município de Maranhãozinho (MA), destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA). O acordo foi firmado entre Ministério Público Federal (MPF), o município, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



Após alerta do MPF, Justiça fixa multa diária caso governo do Pará não explique programas de EaD em até 15 dias



A Justiça Federal estabeleceu multa diária de R\$ 1 mil, limitada a R\$ 1 milhão, para o estado do Pará caso não cumpra determinação judicial de fornecer explicações detalhadas sobre a execução dos seus programas de ensino médio com mediação tecnológica, como o Sistema Educacional Interativo (SEI) e o Centro de Mídias da Educação Paraense (Cemep). Essa decisão mais recente, do último dia 23, foi proferida após o Ministério Público Federal (MPF) protocolar uma manifestação informando o descumprimento de uma ordem judicial anterior, de junho deste ano.

NOTÍCIAS DIVERSAS



Atuação da Corregedoria Nacional e do Ministério Público brasileiro impulsionou a criação de mais de 176 mil vagas em creches e pré-escolas

Mais de 176 mil novas vagas surgem no horizonte da educação infantil brasileira devido à atuação do Ministério Público. A repactuação, retomada ou conclusão de 836 obras de creches e pré-escolas está abrindo salas de aula para crianças de 0 a 5 anos. Os avanços podem ser acompanhados pelo Painel BI – Atuação do Ministério Público na retomada de obras públicas da educação infantil, lançado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público em 10 de setembro. [Acesse o painel.](#)

Corregedoria Nacional do MP recomenda atuação em obras paralisadas de educação infantil

A Corregedoria Nacional do Ministério Público recomendou aos membros do MP com atribuição no acompanhamento de obras públicas de interesse da educação infantil que adotem medidas para fiscalizar construções paralisadas ou inacabadas. A iniciativa está alinhada ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia, instituído pela Lei Federal nº 14.719/2023, e integra o projeto Primeiros Passos, da Presidência do CNMP, voltado à promoção da primeira infância.



Corregedoria Nacional do Ministério Público lança manual para fortalecer atuação do MP na defesa da educação infantil

A Corregedoria Nacional do Ministério Público lançou, no dia 10 de setembro, durante o evento “Infância em Primeiro Plano: Estratégias Eficazes de Atuação”, o Manual de Atuação do Ministério Público na Defesa e Promoção da Educação Infantil. O documento apresenta diretrizes técnicas e jurídicas para enfrentar o déficit de vagas em creches e pré-escolas, buscando expandir, qualificar e desjudicializar a política pública nessa área. [Acesse o manual.](#)

Escolas podem corrigir dados do Censo Escolar 2025 até 23 de outubro

Os gestores de educação nos estados, no Distrito Federal e nos municípios de todo o país podem conferir, confirmar ou, se necessário, retificar online os relatórios por escola dos dados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2025, declarados no período de coleta da primeira etapa. As informações da primeira das duas etapas da pesquisa estatística da educação básica foram publicadas no Diário Oficial da União dessa terça-feira (23), na portaria n.º 650/2025 do Ministério da Educação (MEC).



MEC, CNJ e CNMP firmam acordo de educação cidadã e sustentável



O Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) assinaram, no dia 16 de setembro, o acordo de cooperação técnica para a implementação do Programa de Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade, que foi instituído pela Portaria n.º 642/2025. O Programa será implementado pelo MEC, em articulação com os estados, o Distrito Federal e os municípios, por meio de estratégias organizadas a partir dos eixos: Governança Interfederativa e Articulação nos Territórios; Orientação Curricular e Formação de Profissionais de Educação; e Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Boas Práticas.

STF suspende ingresso em instituições municipais de ensino superior oneroso

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o ingresso de novos alunos nas instituições de educação superior municipais (Imes) que atuam de forma onerosa (cobrando mensalidades) e fora dos limites territoriais dos municípios-sede. Dino determinou também a notificação do Ministério da Educação, dos conselhos de educação dos estados de São Paulo e Goiás e dos municípios de Taubaté, Mineiros e Rio Verde, para que prestem informações sobre a atuação dessas instituições no prazo de dez dias. Clique [aqui](#) para ler a decisão. ADPF 1.247.





CAO EDUCAÇÃO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br